



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Inspecção-Geral da Administração Local

##### Despacho (extracto) n.º 2924/2009

##### Nomeação de dirigente em regime de substituição para o Departamento de Administração e Sistemas de Informação

No uso da competência que me é conferida pelos artigos 7.º, n.º 1, al. d), 20.º e 27.º n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pelo artigo 5.º, n.º 1 e al. c), do Decreto-Lei n.º 326-A/2007, de 28 de Setembro, encontrando-se o lugar vago e por urgente conveniência de serviço, designo, em Regime de Substituição, para o exercício do cargo de Director do Departamento de Administração e Sistemas de Informação, da estrutura nuclear desta Inspecção-Geral, criada pela Portaria n.º 1294-B/2007, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 188, de 28 de Setembro de 2007, cargo de direcção intermédia do 1.º grau, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 326-A/2007, o Inspector Superior Principal, do quadro desta Inspecção-Geral da Administração Local, Dr. Francisco José Pedrinho Amado Rodrigues, por ser portador das qualidades necessárias ao bom desempenho do cargo, entre elas, reconhecida competência e experiência profissional, como atesta a síntese curricular que é publicada em anexo.

15 de Janeiro de 2009. — O Inspector-Geral, *Orlando dos Santos Nascimento*.

##### Síntese curricular

Nome: Francisco José Pedrinho Amado Rodrigues.

Data de nascimento: 18 de Março de 1958.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1984

Curso de Pós-Graduação/Actualização em Direito das Autarquias Locais, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2005.

Actividade profissional:

Inspector Superior Principal da Inspecção-Geral da Administração Local.

Ingressou no quadro de pessoal da Inspecção-Geral da Administração do Território (actual Inspecção-Geral da Administração Local) em 16 de Maio de 1988.

Inspector da Inspecção-Geral dos Serviços de Saúde em 1987/1988.

Professor do Ensino Básico: 1978 a 1986.

Como Inspector da Inspecção-Geral da Administração do Território/Inspecção-Geral da Administração Local:

Realizou inspecções e inquéritos às Autarquias Locais no âmbito do Funcionamento dos Órgãos e Serviços dos Municípios e Freguesias, Estatuto dos Eleitos Locais, Instrumentos de Gestão Financeira, Gestão de Recursos Humanos, Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, Execução de Obras por Empreitada e Administração Directa, Fornecimento de Bens e Serviços, assegurando o exercício da tutela administrativa e financeira a que se encontram constitucionalmente sujeitas as Autarquias Locais, de acordo com as competências legalmente cometidas ao Governo;

Realizou peritagens nas áreas do urbanismo e da contratação pública no âmbito de inquéritos/crime em cooperação com o Ministério Público.

##### Despacho (extracto) n.º 2925/2009

##### Nomeação de dirigente serviço de tutela administrativa e financeira das autarquias locais

No uso da competência que me é conferida pelo artigo 22.º n.º 2, da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pelo artigo 5.º, n.º 1 e al. c), do Decreto-Lei n.º 326-A/2007, de 28 de Setembro, designo, para o exercício do cargo de Chefe de Equipa do Serviço de Tutela Administrativa e Financeira das Autarquias Locais,

equipa multidisciplinar criada pelo Despacho n.º 29360/2008, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 222, de 14 de Novembro de 2008 e definida pelos artigos 3.º e 5.º do respectivo Anexo, a Inspectora Principal, da carreira de Inspector Superior, do quadro desta Inspecção-Geral da Administração Local, a Dr.ª Maria de Fátima dos Anjos Miradouro Silva, por ser portadora das qualidades necessárias ao bom desempenho do cargo, entre elas, reconhecida competência e experiência profissional, como atesta a síntese curricular que é publicada em anexo.

15 de Janeiro de 2009. — O Inspector-Geral, *Orlando dos Santos Nascimento*.

##### Síntese curricular

##### 1 — Identificação

Nome: Maria de Fátima Anjos Miradouro Silva

Nascida a 16 de Julho de 1968, na Freguesia de Vilar de Ferreiros, Concelho de Mondim de Basto, Distrito de Vila Real.

##### 2 — Habilitações literárias e percurso profissional

Licenciada em Direito, pela Universidade Moderna de Lisboa (90/91 a 94/95), com média final de 13 valores.

Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Administrativas, ano lectivo de 1998/1999, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Pós-Graduação em Direito das Autarquias Locais, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

É, desde 1999, inspectora da Inspecção-Geral da Administração Local (ex-IGAT), onde tem vindo a realizar inspecções e inquéritos às Autarquias Locais, com funções de coordenação de equipa, desde 2004. A par dessa actividade, tem vindo também a emitir pareceres jurídicos em diversas áreas de actuação da IGAL.

De 1996 a Setembro de 1999, exerceu funções técnico-jurídicas na Direcção-Geral dos Registos e Notariado, na Direcção de Recurso Humanos.

##### 3 — Formação profissional

Frequentou diversos cursos de formação profissional, nas áreas de Urbanismo e Ordenamento do Território, Contratação Pública, Regime Jurídico da Função Pública, Tutela Financeira, Gestão Contemporânea e Informática, ministrados pelo INA, CEFA, CEDOUA/Universidade de Coimbra, CESUR/IST e SOFTAG.

##### Despacho (extracto) n.º 2926/2009

##### Nomeação de dirigente departamento central de inspecção

No uso da competência que me é conferida pelo artigo 22.º n.º 2, da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pelo artigo 5.º, n.º 1 e al. c), do Decreto-Lei n.º 326-A/2007, de 28 de Setembro, designo, para o exercício do cargo de Director do Departamento Central de Inspecção, equipa multidisciplinar criada pelo Despacho n.º 29360/2008, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 222, de 14 de Novembro de 2008, definida pelo artigo 2.º do respectivo Anexo, o Inspector Superior, do quadro desta Inspecção-Geral da Administração Local, Dr. Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues, por ser portador das qualidades necessárias ao bom desempenho do cargo, entre elas, reconhecida competência e experiência profissional, demonstradas e adquiridas em serviço desta Inspecção e noutros serviços públicos, como atesta a síntese curricular que é publicada em anexo.

Este despacho produz efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2009.

15 de Janeiro de 2009. — O Inspector-Geral, *Orlando dos Santos Nascimento*.

##### Síntese curricular

##### 1 — Identificação:

Nome: Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues;

Data de Nascimento: 7 de Março de 1969;

Naturalidade: Freguesia de Paços de Brandão, Santa Maria da Feira.

##### 2 — Habilitações académicas e formação profissional relevante.

Licenciatura em Ciências Jurídico-Políticas.

## 2.1 — Formação Profissional:

Cursos sobre: “Procedimento administrativo”; “O regime jurídico de empreitadas”; “Regime de férias, faltas e licenças na função pública”; “Concursos de pessoal na Administração Pública”; “Urbanismo e impacto ambiental”; “Despesas públicas”; “Ordenamento do território e planeamento urbanístico”; “Serviços partilhados na Administração Pública”; “O novo contencioso administrativo”; “Seminário de Alta Direcção” (INA, 2004); “Curso de Dirigentes — CAGEP” (INA, 2007); “Diploma de especialização em liderança e gestão de pessoas” (INA, 2007-2008).

## 3 — Experiência profissional:

É desde 1999, Inspector do quadro da Inspeção-Geral da Administração Local e desde 2006 tem a categoria de Inspector Superior.

Entre 2001 e 2004 foi Subdirector-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional e no mesmo período foi presidente da comissão interministerial de acompanhamento ao sistema de incentivos ao voluntariado.

Entre 2004 e 2006, foi Subinspector-Geral da Defesa Nacional, sendo responsável pela introdução do novo modelo de avaliação de desempenho — SIADAP e pela criação de um sistema de acompanhamento de acções correctivas.

Entre 2006 e 2007 dirigiu a IGDN, como substituto legal.

Em 2007 foi Inspector-Geral da Defesa Nacional, tendo sido ordenada a realização das primeiras auditorias no âmbito da Lei de Programação Militar e criados os instrumentos de gestão por projectos e de auditorias por objectivos.

É desde Abril de 2008, Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

Foi condecorado com a Medalha da Defesa Nacional de 1.ª Classe.

## Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

**Despacho (extracto) n.º 2927/2009**

Por despacho de 5 de Dezembro de 2008, Cecília Rosa Saraiva Lopes Aguiar Pinto, assistente administrativa especialista, do mapa de pessoal do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., após encerramento do procedimento, por inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, publicitado nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com o código P20086340, é nomeada em comissão de serviço extraordinária, pelo período fixado para o estágio de ingresso na carreira técnica superior, com início a 6 de Setembro de 2008, ficando posicionada no escalão 1, índice 321, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Luís Bettencourt Sardinha*.

**Despacho (extracto) n.º 2928/2009**

Por meu despacho de 18 de Dezembro de 2008, Ana Isabel Correia Lagartinho Fernandes, nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renováveis por iguais períodos, nos termos constantes dos números 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para o exercício do cargo de direcção intermédia do 2.º grau da Divisão de Gestão de Recursos Humanos do IDP, I.P., com produção de efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A presente nomeação fundamenta-se nos conhecimentos e experiência da ora nomeada, que se evidenciam na nota curricular, em anexo, em conformidade com o disposto no número 10 do artigo 21.º do citado diploma.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Luís Bettencourt Sardinha*.

**Nota Curricular (síntese)**

Nome  
Ana Isabel Correia Lagartinho Fernandes  
Naturalidade  
Portimão  
Formação Académica  
Licenciatura em Direito, variante de Ciências Jurídico-Comerciais, pela Universidade Lusíada  
Formação Académica Complementar  
Pós-Graduação em Direito Público, na variante de Ciências Jurídico-Administrativas, pela Universidade Lusíada;

Mestranda em Gestão e Políticas Públicas, pelo ICSP  
Formação Profissional  
Seminário de Alta Direcção, pelo INA;  
O novo SIADAP — Avaliação e Gestão do Desempenho, pelo INA;  
Formação Pedagógica Inicial de Formadores, pela C.M. Odivelas;  
Liderança e Coaching, pelo STE;  
Auditoria nos Serviços Públicos, pelo STE;  
SIADAP — A Aplicação Prática, pela NPF;  
O Código do Trabalho, pela IGAP;  
Boas Práticas de Gestão na Administração Pública, pelo STE;  
Factores de Eficácia e Eficiência das Organizações, pelo STE;  
Planeamento, Implementação e Avaliação de Programas de Qualidade em Serviços Públicos, pelo STE;  
Organização para a Excelência nos Serviços Públicos, pelo STE;  
Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos na Administração, pela IGAP.

## Actividades Profissionais

Desde 1 de Janeiro de 2008 — Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura;

De 8 de Março de 2006 a 31 de Dezembro de 2007 — Coordenadora do Gabinete Municipal de Modernização Administrativa, da Câmara Municipal de Odivelas;

De 1 de Janeiro a 7 de Março de 2006 — Coordenadora do Gabinete Municipal de Auditoria, da Câmara Municipal de Odivelas;

De 1 de Dezembro de 2004 a 31 de Dezembro de 2005 — Chefe de Divisão Municipal de Recursos Humanos da Câmara Municipal do Barreiro;

Desde 23 de Abril de 2007 — Inspectora de Finanças da Inspeção-Geral de Finanças;

De 1 de Outubro de 1999 a 30 de Novembro de 2004 — Inspectora, nos serviços de Inspeção e Auditoria da Inspeção-Geral da Administração Pública;

Entre 1999 e 2000 — Coordenadora da equipa de Auditoria de Gestão de Recursos Humanos e de Modernização Administrativa aos Serviços Sociais do Ministério da Saúde, realizada pela IGAP;

Entre 1996 e 1999 — Assessora do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa;

1994-1996 — Estágio de Advocacia.

Outras Actividades

De Agosto a Outubro de 2008 — Formadora sobre a LVCR, na Agência Nacional PROALV.

De Maio a Outubro de 2008 — Formadora sobre o SIADAP e sobre a LVCR, na Junta de Freguesia da Pontinha.

Entre 1995 e 1996 — Assistência Jurídica, em regime de voluntariado, no Conselho Português para os Refugiados.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

## Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

**Despacho n.º 2929/2009**

1 — Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, procedeu o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P. (IPAD, I. P.), através de aviso publicitado, respectivamente, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de Fevereiro, no jornal de expansão nacional *Diário de Notícias*, do dia 23 de Fevereiro, e na bolsa de emprego público (BEP), no dia 25 de Fevereiro, com o código de oferta OE200802/0297, todos do ano de 2008, à divulgação da abertura do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de director de serviços da Direcção de Serviços de Planeamento, do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P., estabelecido no artigo 2.º dos Estatutos deste Instituto, aprovados pela Portaria n.º 510/2007, de 30 de Abril, em conjugação com as competências expressas no n.º 1 do artigo 8.º da citada Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do já citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, a escolha recaiu na candidata, licenciada Maria Manuela Salvador Dias, por se considerar que reunia as condições mais adequadas ao desempenho do cargo a prover, porquanto, demonstrou, inequivocamente, possuir a melhor competência técnica em virtude de ser detentora de uma adequada e comprovada experiência profissional para prosseguir as atribuições da Direcção de